

ACRIMESP

Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo
Gabinete da Presidência do Conselho

São Paulo, 13 de março de 2014.

Exma. Senhora

Carmen Dora de Freitas Ferreira

DD. Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP

Prezada Senhora,

O Conselho deliberativo da Acrimesp recebeu seu ofício comentando a afixação e exposição de uma quadro artístico retratando um escravo no pelourinho, no espaço Waldir Troncoso Peres, que esta Entidade mantém no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães, nesta Capital. Pelo ofício, essa Comissão pleiteia a retirada de tal obra, em atenção a reclamações recebidas, por entender que tal obra retrata a situação dos escravos no Brasil Colônia, por “não refletir a realidade da população negra atualmente”, não sendo “referência positiva de incentivo”. Em atendimento a essa solicitação, a Acrimesp irá remover a obra do referido espaço, substituindo-a por outra que “retrate o negro de forma positiva”.

Cabem, entretanto, sobre o assunto, algumas considerações. O intelectual brasileiro Darcy Ribeiro, em sua obra “O povo brasileiro”, escreve que *“Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou”*. O tráfico de escravos para o Brasil e os horrores que essa população sofreu nos tempos coloniais e do Império, são uma realidade incontestável e fazem parte contundente da história do Brasil. Negar essa realidade é esconder nossa própria história.

O renomado escritor Castro Alves, simpatizante dos ideais liberais, trouxe o negro para a literatura brasileira. Passou para a história como “Poeta dos Escravos”, já que dedicou boa parte de sua produção poética à temática do negro e dos horrores da escravidão, reunida postumamente em Os Escravos. Vale relembrar alguns dos versos finais de seu célebre poema Navio Negreiro: *“Auriverde pendão de minha terra/ que a brisa do Brasil beija e*

ACRIMESP

Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo
Gabinete da Presidência do Conselho

balança/ Antes te houvessem roto na batalha/Que servires a um povo de mortalha". O poeta retrata, em sua obra, todas as vicissitudes, reveses e sofrimentos dos negros trazidos da África em regime de total escravidão. Escravidão que o poeta combatia em suas poesias.

Há como esconder a realidade contada por Castro Alves? Talvez seus poemas não reflitam a realidade atual da população negra, mas há como esconder aqueles horrores?

Jean-Baptiste Debret foi um pintor, desenhista e professor francês, que integrou a Missão Artística Francesa (1816), que fundou, no Rio de Janeiro, uma academia de Artes e Ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes, onde lecionou pintura. Em sua obra no Rio de Janeiro, registrou os diferentes momentos da escravidão no Brasil ao longo do séc. 19, como a tortura sofrida pelos escravos. Sua obra tem um enfoque historiográfico e procura traçar um painel do Rio de Janeiro. Trata-se de um dos poucos registros dos usos e costumes do Brasil nos primeiros anos do século 18. Sem o seu trabalho, não haveria imagens mostrando o sofrimento dos escravos ou como era a vida da população brasileira nas ruas e até mesmo em suas casas. Desenhista atento às questões sociais, o artista conferiu também dignidade aos índios que retratou. A arte como veículo de lembrança do passado e da nossa história. Assim, a obra de Debret constitui um dos mais importantes registros iconográficos da escravidão no Brasil, uma época que certamente não queremos reviver.

Há como esconder o trabalho de Debret?

Sabemos que a realidade atual do negro e de todos os afrodescendentes no Brasil agora é outra, felizmente. Não só hoje, mas ao longo de nossa história, a participação de negros e afrodescendentes marcaram momentos importantes de nossa vida como nação.

Vale citar Hermenegildo de Barros e Pedro Lessa, que ocuparam cadeiras no Supremo Tribunal Federal, que hoje é presidido também por um negro, Joaquim Barbosa. Ou o almirante João Cândido, também conhecido como Almirante Negro, foi militar da Marinha do Brasil e líder da Revolta da Chibata, de 1910. Ou José do Patrocínio, farmacêutico e escritor, uma das mais importantes figuras do movimento abolicionista e republicano do Brasil. Ou Nilo Peçanha, nosso sétimo presidente da República. Ou Aleijadinho, com sua magnífica obra do barroco mineiro. Ou Juliano Moreira, um dos

ACRIMESP

Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo
Gabinete da Presidência do Conselho

primeiros psiquiatras brasileiro, o primeiro professor universitário a citar e incorporar a teoria psicanalítica em suas aulas. Ou mais, como Lima Barreto, Machado de Assis e João da Cruz e Souza, entre muitos outros.

Vale também ressaltar Monteiro Lobato, que recentemente teve suas obras contestadas, uma polêmica criada a partir de correntes acadêmicas, que já há algum tempo via sinais de racismo no tratamento dispensado às personagens ao longo da obra infantil do escritor. Sabemos todos, entretanto, que o foco de Lobato não seria de menosprezar o negro e muito menos discriminá-lo, e sim de comentar a situação do negro pós-abolição e sua posição na sociedade brasileira da época, estereotipado e vítima do sistema totalitário do poder absoluto.

Há como esconder, negar ou censurar a obra de Lobato?

Reafirmarmos, contudo, que a obra em questão, afixada e exposta pela Acrimesp em espaço do Fórum Criminal será retirada, mas não podemos deixar de considerar essa atitude do Conselho de Igualdade Racial da OAB-SP, um disparate, totalmente sem fundamento e, que busca, sobretudo, esconder nossa história. Se disparates como esses prosperarem, nenhuma grande obra estará a salvo da pecha de “racista”, nenhuma obra de Machado de Assis, Graciliano Ramos e mesmo José de Alencar será mais lida em nossos bancos escolares e nenhuma pintura de Debret poderá mais ser exposta. Pior, nossos livros de História do Brasil deverão ser revistos, suprimidos os episódios em que negros escravos eram humilhados, torturados, amarrados ao poste e mortos, já que todos seriam politicamente incorretos.

Há como esconder a história do Brasil?

Lamentamos profundamente essa atitude, que parte justamente de nossa entidade maior, a que defende nossas prerrogativas e busca a defesa incondicional de um Estado democrático de Direito.

Atenciosamente,

Ademar Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo